



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

PROJETO BÁSICO

PROJETO BÁSICO

PARA

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção civil, visando a Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ANEXO I – 1.7. TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para a execução de serviços de Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis, visando realizar serviços necessários ao perfeito, completo e contínuo funcionamento.

- 1.1. O Regime de execução dos Serviços/Obras será **empreitada por Preço Unitário**.

Este documento será parte integrante do Contrato, independentemente de sua transição.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente demanda tem como objetivo a construção de um novo prédio, para abrigar o Posto Fiscal de Cristinápolis, visando resolver deficiências estruturais, funcionais e tecnológicas que atualmente limitam o desempenho das atividades fiscais e administrativas desenvolvidas no local.

A necessidade dessa obra está diretamente relacionada aos seguintes fatores:

- Inadequação das instalações físicas às atividades atuais do Posto Fiscal de Cristinápolis, que exigem ambientes planejados, infraestrutura tecnológica robusta e organização funcional dos espaços;
- Condições de trabalho insatisfatórias para os servidores, devido à ausência de climatização eficiente, espaços desconfortáveis e estrutura predial degradada;
- Impossibilidade de implantação da Central de Monitoramento, que demanda infraestrutura específica para funcionamento de sistemas de monitoramento, análise de dados, integração tecnológica e segurança da informação;
- Inobservância de normas de acessibilidade, segurança e ergonomia, o que representa riscos legais e operacionais para a instituição;
- Comprometimento do atendimento ao contribuinte, que ocorre em ambientes sem privacidade, conforto ou estrutura adequada para um serviço público de qualidade;
- Alinhamento com diretrizes estratégicas da administração pública, que orientam a modernização dos espaços físicos, a digitalização dos processos e a valorização do servidor público.
- Adequação a futura obra de duplicação da BR-101, onde nossa unidade servirá tanto para quem entra no estado, quanto para quem deixa o estado de Sergipe;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

3. DO OBJETIVO

A elaboração deste projeto básico tem como objetivo atender a legislação pertinente, apresentando subsídios suficientes à Comissão Permanente de Licitação, para abertura de processo licitatório visando a **Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Construção do novo Posto Fiscal de Cristinápolis**. Visa também a otimização do resultado no processo de licitação, possibilidade ampla de competição e igualdade de condições atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública Estadual.

3.1. Os Serviços objeto da licitação deverão ser executados em total observância às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e ao especificado neste Projeto Básico e seus anexos, os quais farão parte integrante do Edital, para manter a integridade dos imóveis ocupados pela SEFAZ, dos profissionais que neles atuam, dos contribuintes e visitantes, bem como estar em conformidade com as leis vigentes.

4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

BR 101, km 203 SE, S/Nº, Cristinápolis/SE

5. DOS SERVIÇOS

- a) Todos os materiais de consumo, ferramentas, EPI, equipamentos e mão-de-obra necessários para a realização dos serviços, objeto destas especificações, serão fornecidos pela empresa contratada, por sua conta, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos com a colocação e/ou disponibilização na unidade onde será realizada o serviço;
- b) A responsabilidade com relação a aquisição e integridade dos materiais/peças fornecidos será única e exclusivamente da empresa contratada, não cabendo à administração qualquer co-responsabilidade pelas mercadorias, mesmo que já depositadas nas dependências da contratante.
- c) Ter um profissional técnico para o acompanhamento da execução dos serviços que forem solicitados pela SUBSINF-SEFAZ.
- d) Executar diretamente o objeto deste contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela SEFAZ.
- e) Fornecer a mão de obra especializada para a cobertura total dos serviços solicitados e autorizados, com a aprovação da fiscalização SUBSINF-SEFAZ.
- f) Fornecer equipamentos de segurança como: óculos, viseira, luvas, botas, máscaras, cinto de segurança e outros conforme a necessidades dos serviços



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

a serem executados e exigidos pela lei para todos os cargos descritos neste termo de referência.

- g) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela SEFAZ, relacionados com os serviços a serem executados ou daqueles que já estão executados.

5.4. Do Início das Atividades

- a) O prazo máximo para o início das atividades será de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

- b). Nesse mesmo período devem ser providenciados;

b.1) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referentes ao objeto do contrato, junto ao CREA - SE;

b.2) Declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços de que trata o objeto da licitação;

b.3) Elaborar e apresentar ao Gestor do Contrato um relatório de vistoria inicial da instalação onde serão executados os serviços;

b.4) Apresentar ao Gestor do Contrato, um relatório sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento às legislações pertinentes;

b.5) Apresentação **Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT**;

b.6) Apresentação de **Programa de Controle Médico de Saúde Operacional – PCMSO**;

6. DAS GARANTIAS DOS SERVIÇOS

6.1. Todos os serviços com ou sem a utilização de materiais terão garantia mínima de **05 (cinco) anos**, a contar da data de recebimento dos serviços integrais e a CONTRATADA responderá na forma da lei por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual.

7. DOS PREÇOS:



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

7.1. A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA LICITANTE deverá estar conforme o ANEXO I - 1.4. Planilha de Custo deste projeto básico, contemplando todas as colunas do modelo, para todos os itens de serviços relacionados e calculando os respectivos preços parciais e totais;

7.2. Os licitantes deverão cotar os preços da prestação dos serviços considerando-os de forma GLOBAL a partir do quantitativo apresentado na planilha do ANEXO I - 1.4. Planilha de Custo e Orçamentária, uma vez que o julgamento das propostas recairá sobre o valor TOTAL;

7.3. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes das incidências de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, para-fiscais e previdenciários a que estiverem sujeitos;

7.4. Em razão do regime de execução dos serviços/obras objeto deste projeto ser EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, a planilha apresentada deverá conter todos os itens dos serviços presentes na planilha da SEFAZ/SE, não sendo permitida qualquer alteração nas colunas: item, descrição, unidade e quantidade.

7.5. Fica estabelecido como limite máximo para preço unitário de cada subitem de serviço o correspondente ao valor apresentado na planilha orçamentária da SEFAZ/SE.

7.6. **A Planilha Orçamentária e Composição de Preços Unitários** deverão ser apresentadas em CD-ROM ou pen drive, em arquivo no formato ORSE e EXCEL, contendo Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Analítica da Composição do LDI, Planilha Analítica da Composição dos Encargos Sociais da Mão de Obra Direta e Indireta e Composição de Preços Unitários.

7.7. Na PLANILHA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÃO DE L.D.I. deverá ser observada a seguinte fórmula:

$$BDI = \left[\frac{\left(\left(1 + \left(\frac{AC}{100} + \frac{S}{100} + \frac{R}{100} \right) \right) \left(1 + \frac{DF}{100} \right) \left(1 + \frac{L}{100} \right) \right)}{\left(1 - \frac{I}{100} \right)} - 1 \right] * 100 \quad ; \text{ onde:}$$

LDI - Lucro e Despesas Indiretas

AC – Taxa de Rateio da Administração Central

S- Taxa de Seguro e Garantia

R – Taxa de Risco

DF – Taxa de Despesas Financeiras

L – Taxa de Lucro



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

I – Taxa de Tributos (PIS, COFINS, ISS e Percentual sobre o faturamento conforme o Art. 7º da Lei (Federal) nº 12.546 de 14/12/11 combinado com o Art. 13º da Lei (Federal) nº 12.844 de 19/07/13).

7.8. A licitante deverá apresentar no CD-ROM, as composições de Encargos Sociais e do LDI – Lucro e Despesas Indiretas, observando-se que a composição do LDI proposto não poderá contemplar os tributos: IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) – Acórdão TCU nº 325/2007.

7.9. Na elaboração da Planilha de Composição de L.D.I., a licitante deverá excluir as Taxas referentes à Administração Local da Obra, Canteiro de Obra, Mobilização e Desmobilização.

7.10. No caso de licitação com mais de uma obra no empreendimento deverá a licitante assim proceder:

I – As diversas Obras/Serviços deverão ser migradas para um único empreendimento, a fim de que o cálculo do LDI seja único;

7.11. PLANILHA ANÁLITICA DA COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS da mão-de-obra direta (horista) e indireta (mensalista).

7.12. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO contendo todas as etapas de execução dos Serviços/Obras e respectivos valores de desembolso, para todos os itens constantes nas planilhas orçamentárias proposta, em arquivo no formato ORSE.

7.13. Na elaboração da Proposta Financeira, a licitante deverá observar ainda à seguinte condição:

7.13.1. Todos os preços unitários propostos deverão possuir todas as composições de preços unitários incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais e LDI, inclusive os itens referentes a instalações provisórias, e mobilizações.

7.14. A proposta deverá ser apresentada, obrigatoriamente, em moeda corrente vigente no Brasil.

7.15. O Orçamento dos serviços será apresentado com Encargo Social sobre a mão de obra, BDI=0% (Planilha de Custo), e a Planilha de Venda com o BDI calculado no limite de até 24,99%.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. Os Serviços objeto do presente Projeto Básico serão formalizados mediante Contrato, conforme dispõe art.89 da Lei nº 14.133/2021 ou Leis vigentes.

8.2. Contrato firmado terá vigência de 17 (**dezessete**) meses, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização.

8.3. Deverão ser integralmente obedecidos os prazos parciais e totais previstos no Cronograma Físico-Financeiro.

8.4. As prorrogações de prazos, devidamente justificadas, ficarão a critério exclusivamente da Secretaria de Estado da Fazenda/SE, e somente será possível quando:

8.4.1. Faltarem elementos técnicos para a execução dos serviços e o fornecimento deles couber a Secretaria de Estado da Fazenda/SE;

8.5.2. Houver ordem escrita da Secretaria de Estado da Fazenda/SE para paralisação dos serviços, no todo ou em parte, no interesse da Administração Pública;

8.4.2. Se à época da execução dos serviços, incidirem em período chuvoso, e caso o serviço solicitado seja de cobertura ou afins e seja necessária prorrogação far-se-á mediante requerimento da CONTRATADA e Parecer favorável da fiscalização;

8.5. O contrato poderá ser prorrogado a critério da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe, por iguais e sucessivos períodos subseqüentes nos termos do inciso II, do art. 107 da Lei 14.133/2021.

9. INSTRUMENTOS LEGAIS E NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS

9.1. A Contratada deverá obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela portaria nº 3.214, de 08 de dezembro de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além de outra legislação técnica vigente e as normas e procedimentos internos da CONTRATANTE, de engenharia de segurança, medicina e meio ambiente do trabalho, que sejam aplicáveis à execução específica da atividade, apresentando:

Cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e de Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, de acordo com as Normas Regulamentadoras nº 07 e 18, respectivamente, da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a **Lei** Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

considerando o número total de trabalhadores nos serviços, para o fiel cumprimento da legislação em vigor.

9.2. Providenciar junto ao CREA-SE, as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes aos seus responsáveis Técnicos que atuarão diretamente na execução do objeto, conforme especialidades pertinentes, nos termos da Lei;

9.3. Obter o INSS, o Certificado de Matrícula relativo ao objeto do contrato, para fins de possibilitar o licenciamento da execução dos serviços;

9.4. Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho em Sergipe, antes do início dos trabalhos as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do Contrato, bem como Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT;

9.5. Cumprir rigorosamente as normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços e obras objeto do contrato;

10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Na forma do que dispõe o artigo 117, da Lei 14.133/2021, caberá à SEFAZ/SUGT/SUPAG/SUBSINF - Subgerência Geral de Serviços de Infraestrutura acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de seus técnicos ou profissionais indicados, a qualquer instante, solicitando da Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos necessários, e, comunicar a Subgerência de Serviços de Infraestrutura, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços sendo que:

10.1.1. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao Gestor do Contrato e ou de seus representantes, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições especificadas neste Projeto Básico, inclusive todas as etapas da execução do serviço pela Contratada;

10.1.2. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela SEFAZ, relacionados com os serviços a serem executados ou daqueles que já estão executados.

10.1.3. A ação ou omissão total ou parcial do Gestor do Contrato e ou de seus representantes não eximirá a CONTRATADA de sua total responsabilidade em executar os serviços contratados, com toda cautela e boa técnica.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

10.2. Ao Gestor ou fiscal de Contrato compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução dos serviços com as cláusulas Contratuais.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em conta corrente indicada pela CONTRATADA, contendo a certificação de que os mesmos foram prestados pelo Setor responsável pelo recebimento dos serviços;

11.2. Para fazer jus ao pagamento das faturas atinentes aos serviços/mão-de-obra/material objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal – Fatura, Relatório de Atendimento Técnico, Ordem de serviço (OS), planilha individual mensal dos serviços executados nas unidades, de acordo com o município onde houve a prestação dos serviços, bem como relação dos materiais empregados nos serviços executados, prova de regularidade perante o Instituto de Nacional de Seguridade Social – INSS, Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF, Fazendas Estadual e Municipal da sede CONTRATADA;

11.3. Sendo o regime de execução dos Serviços/Obras contratados por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, **os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com as medições dos serviços executados** consoante os preços unitários propostos pela Contratada.

11.3.1. As medições dos serviços executados em cada unidade, deverão passar pelo crivo do gestor e fiscal do contrato, para análise e aceitação, para enfim a empresa emitir a Nota Fiscal de Serviços;

11.3.2. As medições dos serviços executados com supressão ou adição de itens deverão passar pelo crivo do gestor e fiscal do contrato, para análise da composição de preço do item a ser suprimido ou aditado;

11.3.3. As medições deverão ser apresentadas à SUBSINF **mensalmente, tendo seu prazo máximo o 2º dia útil do mês subsequente para autorização da emissão da Nota Fiscal.**

11.4. Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

11.5. A contratante reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, do recibo ou da fatura para posterior recolhimento à Previdência Social, caso a contratação se configure como cessão de mão de obra ou empreitada, conforme artigos 112 a 117 da Instrução Normativa RFB no. 971, de 13 de novembro de 2009.

11.6. As faturas serão encaminhadas à Subgerência Geral de Serviços de Infraestrutura, para conferência, atesto e posterior encaminhamento a



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Superintendência de Administração Geral, para pagamento da execução dos serviços, que disporá de até 30 (trinta) dias após protocolo das faturas para efetivação do pagamento;

11.6.2. As faturas com medições deverão ser encaminhadas **mensalmente** à Subgerência Geral de Serviços de Infraestrutura, até o 5º dia útil subsequente do mês para atesto e posterior encaminhamento a Superintendência de Administração Geral, para pagamento da execução dos serviços, que disporá de até 30 (trinta) dias após protocolo das faturas para efetivação do pagamento;

11.7. Nenhum pagamento será efetuado a Empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

11.8. Ocorrendo a não aceitação (que deverá ser devidamente justificada) pela fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda/SE dos serviços faturados, será de imediato comunicado à firma contratada para a retificação e apresentação de nova fatura;

11.9. Fica vedado à Secretaria de Estado da Fazenda/SE, pagar sob quaisquer títulos, indenizações ou ressarcimento devidos pela Contratada em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista;

11.10. Não haverá sob hipótese algum pagamento antecipado;

11.11. Os pagamentos poderão ser sustados pela Secretaria de Estado da Fazenda, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações da CONTRATADA para com terceiro, que possam de qualquer forma prejudicar a Secretaria de Estado da Fazenda;
- b) Inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com a Secretaria de Estado da Fazenda, por conta deste Contrato;
- c) Não cumprimento das instruções fornecidas pela SEFAZ e nos demais anexos constantes neste projeto;
- d) Erros ou vícios nas faturas.

12. DO REAJUSTE, DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO.

12.1. Os preços dos serviços permanecerão irreeajustáveis durante a vigência de 12 (doze) meses. No caso de haver prorrogação, os preços poderão ser reajustáveis, de acordo com a legislação vigente.

12.2. Após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos Índices Nacional de Custo da



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Construção – DI (disponibilidade interna), por tipo de serviços apurados pela FGV – Fundação Getúlio Vargas

12.3. O reajustamento de preços a que se refere esta Cláusula será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \frac{I1 - I0}{I0}, \text{ onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado;

I0 = é o índice setorial de preços constante a Coluna 35 correspondentes ao serviço executado, informado ou divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua “Revista Conjuntura Econômica”, correspondente ao mês em que ocorre a reunião de recepção dos envelopes de habilitação e propostas.

I1 = é o índice setorial de preços constante a Coluna 35 correspondentes ao serviço executado, informado ou divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua “Revista Conjuntura Econômica”, correspondente ao décimo-segundo mês em que ocorrer a reunião de recepção dos envelopes de habilitação e propostas.

12.4. Os demais faturamentos se darão em face dos trabalhos efetuados dentro do mês, ou seja, aqueles trabalhos que venham a ser realizados entre o primeiro e o último dia do mês, até a conclusão dos serviços objeto do contrato;

12.5. No cálculo do reajuste conforme a fórmula descrita nesta Cláusula, somente será admitida 04 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos;

12.6. Enquanto não informados ou divulgados os índices correspondentes ao 12º mês para efeito de definição do índice I1, de que trata o item 12.3. Desta cláusula, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, a correção de cálculo;

12.7. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o evento gerador do faturamento.

13.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A CONTRATADA deverá recolher, junto a Secretaria de Estado da Fazenda, garantia no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos serviços, no ato da liberação da 1ª fatura;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

13.2. O recolhimento da garantia deverá ser feito nos termos do item 13.1., em moeda corrente do País, Título da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, tudo na forma das respectivas legislações pertinentes e em especial do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

13.3. A garantia para execução do contrato será levantada, mediante requerimento escrito da contratada dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda/SE, após 30 (trinta) dias, contados da data do termo de recebimento definitivo da obra ou serviço, mediante comprovação de quitação para com o FGTS, dos serviços contratados;

13.4. A garantia efetuada em moeda corrente será depositada em caderneta de poupança vinculada ao contrato, a fim de manter sua atualização financeira;

13.5. No caso das rescisões a devolução da garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 100, § 2º, I e 80, III da Lei 14.133/2021.

14. ALTERAÇÃO DOS PROJETOS

14.1. Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, em relação ao disposto no Projeto Básico, poderá ser feita pela CONTRATADA, podendo, entretanto, a SEFAZ/SE determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que correspondam a um dos itens abaixo:

14.1.1. Aumento ou diminuição da quantidade de qualquer trabalho previsto no contrato;

14.1.2. Alteração na natureza, qualidade ou espécie desse trabalho;

14.1.3. Alteração dos níveis, alinhamentos de posição e dimensões de qualquer parte desses trabalhos;

14.1.4. Suspensão da natureza de tais trabalhos;

14.1.5. Execução de trabalho adicional, de qualquer espécie, indispensável à conclusão dos serviços contratados;

14.1.6. Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem em alteração dos projetos dos serviços, deverão ser autorizados, sempre por escrito, pela SEFAZ/SE.

15. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

15.1. Os quantitativos dos serviços constantes das planilhas de orçamento estão de acordo com os Projetos, podendo, entretanto, ocorrer variações para mais ou para menos, se necessário à melhoria técnica dos serviços, desde que obedecidas às instruções da Lei nº 14.133/2021;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

15.2. As alterações mencionadas no item anterior serão efetuadas através de Termo Aditivo, dentro dos seguintes critérios:

15.2.1. Os serviços acrescidos ou suprimidos e que constem na proposta inicial serão acertados pelo valor da mesma, ou seja, se acrescidas, pagas pelo valor da proposta e se suprimidas, diminuídas do valor do contrato;

15.2.2. Serviços não contidos na proposta inicial deverão ser acertados com base nos preços praticados pela CEHOP/SE, inclusive o percentual do B.D.I., mediante elaboração de planilha contendo quantidade, preço unitário e total.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

A CONTRATADA obrigará-se-á:

16.1. A executar os serviços objeto do contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto Básico, bem como em conformidade com o Edital e a proposta apresentada, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente instrumento;

16.2. Após assinado o contrato de empreitada, anotá-lo no CREA/SE, conforme determina a Lei nº 5.194 de 24/12/66, e Resolução nº 307, de 28/02/86, do CONFEA;

16.3. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE, no local dos serviços, para representá-la na execução do Contrato;

16.4. Manter “Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho” de acordo com a legislação pertinente e aprovação da SEFAZ/SE;

16.5. A contratada é responsável pela integridade física da obra/serviço, durante toda a vigência do contrato até o recebimento pela contratante;

16.6. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento sob demanda dos serviços descritos neste documento e em seus anexos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ou demissão, que não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, conforme a Lei nº 14.133/2021;

16.7. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de recursos humanos, nas ocorrências de falta ou interrupção da



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

carga horária, independente da causa, no prazo máximo de 3 (três) horas, de forma a suprir o quantitativo para a execução dos serviços;

16.8. Utilizar, quando necessário, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas com os dizeres “**em manutenção**”, “**em obras**” ou “**interditado**”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas;

16.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste documento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

16.10. Cumprir os prazos estipulados pelo Gestor do Contrato. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo Gestor do Contrato;

16.11. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações, que serão mantidas e reparadas durante a vigência do contrato, uma vez que a CONTRATADA procedeu à minuciosa vistoria executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, de modo a não ter incorrido em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

16.12. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do Gestor do Contrato.

16.12.1. Os casos não abordados serão definidos pelo CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão, inclusive na reposição de materiais os quais deverão seguir o padrão dos materiais existentes em cada unidade, salvo quando da inexistência dos mesmos no mercado;

16.12.2. Manter na equipe e treinar técnico (s) em edificações, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do início da execução do contrato. Na utilização de sistema informatizado de acompanhamento dos serviços, com emissão de relatórios dos serviços executados, planilha ORSE, digitalização de projetos para atualização de cadastro dos imóveis da SEFAZ através do software AUTOCAD, versão 2016, que devem ser entregues a SEFAZ em meio impresso e digital;

16.13. Organizar, mediante processo informatizado, arquivo com controle dos serviços;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.14. Encaminhar ao Gestor do Contrato, em 5 (cinco) dias corridos a partir do início do prazo de vigência do contrato, a relação dos empregados que executarão os serviços;

16.15. Fornecer a relação dos empregados que deverá conter: nome completo, número do documento de identidade, foto, currículo, função, endereço residencial, telefone para contato, tipo sanguíneo e fator RH. A CONTRATADA deverá manter a referida relação sempre atualizada;

16.16. Sempre que houver mudança na equipe permanente, o Gestor do Contrato deverá ser notificado por escrito;

16.17. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários a perfeita execução dos serviços contratados;

16.18. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir às suas expensas, os serviços que o CONTRATANTE julgar insatisfatórios;

16.19. Responsabilizar-se por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços;

16.20. Interagir com as demais empresas contratadas pelo CONTRATANTE, envolvidas nos serviços das demais instalações (ar condicionado, elevadores, sistema de energia de emergência, telefonia, etc.), a fim de possibilitar o perfeito funcionamento de todos os sistemas;

16.21. Encaminhar junto com a Nota Fiscal/fatura ao Gestor do Contrato, as respectivas planilhas de medições, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de não atesto dos serviços, relatório técnico mensal de todos os serviços executados, devidamente assinados pelos profissionais envolvidos, contendo:

16.22.1. Descrição dos serviços executados no mês em cada unidade, com a apresentação de planilha orçamentária ORSE - padronizada pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, com respectiva relação de materiais empregados;

16.22.2. Relação de serviços em andamento com estimativa de prazo de conclusão, e a executar com estimativa de prazo de início;

16.22.3. Relação de pendências, razões de sua existência e quais destas dependem de solução do CONTRATANTE;

16.22.4 Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

16.22.5. Estudos, análises e levantamentos realizados, cuja necessidade tenha sido constatada;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.22.6. Dados relevantes registrados no Livro de Ocorrências;

16.22.7. Relação de materiais e equipamentos necessários para conclusão de serviços.

16.23. Encaminhar, junto com a primeira fatura dos serviços, os seguintes documentos, como condição para realização do pagamento: ART – Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente assinada pelo engenheiro civil responsável técnico da empresa Contratada, matrícula dos serviços no INSS, relação dos empregados e o 1º (primeiro) relatório técnico mensal;

16.24. Manter todos os equipamentos de medição aferidos pelo INMETRO ou outro órgão competente;

16.25. Comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

16.26. Alterar os horários em que os serviços deverão ser executados, sempre que o CONTRATANTE julgar necessário, respeitada a natureza diurna e a jornada de trabalho diária, bastando um comunicado por escrito;

16.27. Providenciar correção de qualquer problema no momento da sua detecção;

16.28. Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais, e à racionalização do uso de energia elétrica dos equipamentos;

16.29. Utilizar equipamento elétrico de reduzido consumo de energia, bem como munido de fiação elétrica compatível para seu uso;

16.30. Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades do CONTRATANTE, inclusive se necessário nos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente, devendo ser comunicado por escrito à CONTRATANTE, com antecedência, para que a mesma se pronuncie quanto a operacionalização e horários a serem acordados para a realização dos serviços junto às unidades envolvidas, bem como estar em concordância com as normas do Ministério do Trabalho;

16.31. Solicitar autorização do CONTRATANTE para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato;

16.31.1. Enviar listagem com nome dos profissionais, número das respectivas carteiras de identidade e locais onde irão realizar os trabalhos;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.31.2. Fazer o pedido por escrito, podendo ser enviado por aplicativo de mensagens ou e-mail até 4 (quatro) horas antes do final do expediente do CONTRATANTE;

16.32. Executar os serviços sem prejuízo do funcionamento normal das atividades do CONTRATANTE devendo-se adotar todas as medidas de proteção necessárias, com vistas ao livre trânsito das áreas;

16.33. Manter nas dependências do CONTRATANTE Livro de Ocorrências, com folhas triplas devidamente numeradas, onde serão feitas anotações sobre os trabalhos, tais como: indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, anormalidades, fatos relevantes, assuntos que requeiram providências das partes etc, devendo, necessariamente, ser apresentado ao Gestor do Contrato ao final de cada dia para conhecimento e visto, sob pena do não atesto da fatura mensal;

16.34. Além do **Livro de Ocorrências**, cada serviço deverá ser acompanhado de sua respectiva Ordem de Serviço, Relatório Fotográfico que serão apresentadas ao responsável pela unidade onde serão realizados os serviços. As Ordens de Serviço devem permanecer nas dependências do CONTRATANTE, devem ser cadastradas e controladas pela CONTRATADA.

16.35. Executar os serviços com o máximo esmero, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que a juízo do Gestor do Contrato, não forem julgados em condições satisfatórias ou forem constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado, ainda que em decorrência. Se torne necessário ampliar o horário da prestação dos serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021;

16.36. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil, Memorial Descritivo, sempre que se fizer necessário, inclusive com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente assinada e registrada no órgão competente;

16.37. Deixar, após os serviços, as instalações com bom aspecto, não sendo admitidos desalinhamentos, desleixo nas instalações, que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso;

16.38. Remover entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes, sem ônus para CONTRATANTE;

16.39. Recolocar em seus respectivos lugares, móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.40. Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios;

16.41. Promover outros cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos seus empregados de acordo com a necessidade de cada categoria profissional, preferencialmente fora do expediente normal de trabalho;

16.42. Realizar, anualmente, treinamento para (o)s técnico (s) em edificações, que contenha conteúdo programático, tais como: características de liderança; como controlar; como fiscalizar; autoridade funcional; autoridade moral; responsabilidade da função; reciclagem técnica, atendimento de pessoas, etc.;

16.43. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

16.44. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Gestor do Contrato, e sobre a obrigatoriedade do cumprimento das Normas de Segurança do Trabalho. O Gestor do Contrato poderá paralisar os serviços no caso dos empregados não estarem devidamente fardados e protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;

16.45. Atender às instruções do CONTRATANTE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do CONTRATANTE;

16.46. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Gestor do Contrato, atendendo prontamente todas as reclamações ou solicitações;

16.47. Atender com a máxima presteza as solicitações para correção de falhas, mau funcionamento e defeitos nos serviços objeto do presente documento;

16.48. Responsabilizar-se por todas as questões, reclamações, demandas judiciais (civis, penais, trabalhistas) inclusive pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE;

16.49. Levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.50. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;

16.51. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço, não sendo permitido que o pessoal da CONTRATADA permaneça em área que não seja relacionada ao trabalho;

16.52. Cuidar para que os serviços ao serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, impedindo que as vias de acesso sejam bloqueadas por equipamentos, matérias, instalações ou assemelhados, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao prédio do CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço;

16.53. Permitir livre acesso ao Gestor do Contrato e toda pessoa autorizada por ele aos locais onde estejam sendo realizados trabalhos referentes ao contrato;

16.54. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

16.54.1. Assim estiver previsto e determinado no contrato;

16.54.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de contrato e de acordo com o projeto;

16.54.3. Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;

16.54.4. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do Gestor do Contrato, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;

16.52.5. O Gestor do Contrato assim o determinar ou autorizar por escrito, no Livro de Ocorrências ou Notificação;

16.52.6. Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção individual;

16.53. Comunicar, imediatamente, a ocorrência ou indício de furto ou vandalismo em componentes relacionados com o contrato;

16.54. Solicitar previamente ao Gestor do Contrato autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.55. Fazer o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus para CONTRATANTE;

16.56. A CONTRATADA deverá indicar representante Técnico, um engenheiro civil com experiência profissional, responsável pelos serviços, para realizar planejamento, programação, controle de todas as atividades a serem desenvolvidas; fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que estão sendo prestadas as atividades com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos.

16.57. Considerar técnico(s) em edificações como supervisor (es) auxiliares gerais, do engenheiro civil, o preposto que será responsável por gerenciar operacionalmente os empregados, com as seguintes responsabilidades:

16.57.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

16.57.2. Estar sempre em contato com o Gestor do Contrato;

16.57.3. Gerenciar, planejar e controlar a lista de materiais, ferramentas e equipamentos da CONTRATADA de forma que os serviços não sofram solução de continuidade;

16.57.4. Instruir e cuidar para que os empregados da CONTRATADA mantenham a ordem, a disciplina e o respeito junto a todas as pessoas do CONTRATANTE;

16.57.5. Exigir e certificar que todo e qualquer funcionário da CONTRATADA deverá apresentar-se ao local onde o serviço será realizado, equipado com todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, necessários, adequados e obrigatórios, bem como em totais condições de higiene pessoal, fardados e identificados com seus respectivos crachás.

16.57.6. Fornecer aos empregados constantes instruções, visando o pleno conhecimento de suas atribuições, deveres e responsabilidades, inclusive quanto às normas de conduta e segurança;

16.57.7. Não permitir que os empregados tratem de assuntos pessoais durante expediente, assim como de assuntos pessoais ou de trabalho com pessoas não relacionadas à área afim;

16.57.8. Aplicar as advertências necessárias, e mesmo promover a substituição, dos empregados da CONTRATADA que não atenderem às recomendações, cometerem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitarem seus superiores, não acatarem as ordens recebidas, não cumprirem com suas obrigações ou praticarem qualquer outro tipo de



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ação grave, que venha a depor contra a área de execução de serviços da CONTRATADA ou do CONTRATANTE, sendo vedado o retorno do mesmo às dependências do CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias de outros empregados;

16.57.9. Não permitir que os empregados abandonem seus postos sem motivo justificado;

16.57.10. Manter o Gestor do Contrato sempre informado sobre quaisquer fatos e atos considerados importantes ou irregularidades verificadas;

16.57.11. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores ou visitantes da SEFAZ, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao Gestor do Contrato;

16.57.12. Promover substituição de materiais, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços;

16.57.13. Fiscalizar a apresentação e o preenchimento do Livro de Ocorrência e do sistema informatizado de ordens de serviço, registrando as informações pertinentes dos serviços executados no dia;

16.57.14. Receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos empregados da CONTRATADA, procurando sempre lhes dar o devido retorno quanto aos pleitos formulados;

16.58. Comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 24 horas, o desligamento de empregado da CONTRATADA, devendo a substituição ser promovida no mesmo prazo. Os empregados substitutos devem ser orientados sobre as técnicas de execução dos serviços;

16.59. Disponibilizar mais de um número de telefone em funcionamento 24 horas/dia, sendo ao menos um deles tipo telefone celular habilitado ao preposto da CONTRATADA, a fim de que possa ser contatado nos finais de semana, feriados ou após o expediente normal de serviços em caso de emergência, sem ônus para o CONTRATANTE. Ele ficará responsável por reunir a equipe necessária para execução do serviço emergencial;

16.59.1. Os números para acionamento do aparelho de comunicação deverão ser informados ao Gestor do Contrato, quando do início da vigência do contrato;

16.59.2. Sempre que houver alteração em algum dos números de telefone, a CONTRATADA deverá comunicar o novo número ao Gestor do Contrato imediatamente;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.60. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, inclusive para atendimento em casos de emergência;

16.61. Emitir Comunicado de Acidente de Trabalho – CAT, em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências da CONTRATANTE;

16.62. Caberá a CONTRATADA assumir, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas à execução dos serviços objeto deste documento, sendo que a CONTRATANTE não terá responsabilidade solidária por tais dívidas;

16.63. Providenciar o transporte de seus empregados da residência para as dependências do CONTRATANTE e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos ou nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

16.64. Fornecer, sem repassar os custos para seus empregados, exceto nos casos previstos em Lei ou Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

16.64.1. Uniformes completos com a identificação da empresa e adequados à natureza do serviço;

16.64.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletivos adequados aos serviços prestados, conforme Norma Regulamentadora 6 e 18 (item 18.23.) do Ministério do Trabalho e Emprego e CLT (arts. 166 e 167), impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los;

16.64.3. Crachás de identificação com fotografia;

16.64.4. Auxílio alimentação/refeição suficiente para cada mês;

16.64.5. Vale-transporte, no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, em uma única entrega no último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos;

16.64.6. Ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados;

16.65. Credenciar, junto ao setor competente do CONTRATANTE, empregado para, em dias, horários e local definido que não comprometam a execução dos serviços, proceder a entrega de contra-cheque, vale-transporte, vale-alimentação e outros de responsabilidade da CONTRATADA;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.66. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as respectivas comprovações;

16.67. Pagar, quando devido, adicional de insalubridade e/ou periculosidade aos seus empregados, em conformidade com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

16.68. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação que deu origem ao presente contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

16.69. Fornecer ao CONTRATANTE, por ocasião da assinatura do Contrato, da realização de cada pagamento e sempre que for solicitado, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução do contrato, sendo essa uma condição à percepção mensal do valor faturado;

16.69.1. Dentre os documentos a serem fornecidos deverá constar, devidamente autenticados, a comprovação de sua regularidade referente aos recolhimentos das contribuições junto ao INSS, por intermédio da Certidão Negativa de Débito - CND e junto ao FGTS, por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, pagamento do salário, décimo terceiro salário, férias, vale-transporte, vale-alimentação, relação de empregados alocados para prestação dos serviços, folha de ponto dos empregados e relatório técnico mensal;

16.69.2. Qualquer atraso ou problema na fatura ou nos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE. Esse atraso no pagamento não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

16.70. Pagar o 13º (décimo terceiro) salário (gratificação natalina) aos empregados, a um só tempo, até o décimo segundo dia do mês de dezembro de cada ano, na proporção a que fizer jus o empregado;

16.71. Não caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras ou veicular publicidade acerca do contrato, sem prévia aprovação por escrito do CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;

16.72. Exigir que seus empregados cumpram com pontualidade o horário de prestação dos serviços, observando as disposições que forem baixadas pelo CONTRATANTE sobre o assunto;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.73. Proibir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;

16.74. Não contratar, durante a execução do contrato, servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE;

16.75. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, mediante prévia e expressa anuência da SEFAZ, até o limite por esse admitido.

16.75.1. As subcontratações serão admitidas, a critério da SEFAZ, exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou serviços em atraso.

16.75.2. A autorização de eventual subcontratação estará condicionada ao exame de aprovação, pela SEFAZ, da seguinte documentação do pretendente subcontratado, que deverá ser apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para início dos trabalhos:

Para aprovação de subcontratações, é obrigatória a apresentação das seguintes documentações válidas:

- Certidão de Regularidade Fiscal junto ao FGTS, da empresa a ser subcontratada;
- Certidão Negativa de Débito - INSS da empresa subcontratada;
- Prova de Regularidade com as fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e municipal do domicílio ou sede da empresa a ser subcontratada, válidas, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Atestado de Capacidade Técnica para o escopo pretendido, emitido, emitido pelo órgão público ou empresa privada, comprovando a execução dos serviços com as mesmas características técnicas e que houve fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas, e respectiva certidão do CREA, se for o caso;
- Declaração da inexistência, no quadro de pessoal da empresa a ser subcontratada, de trabalhadores de menor, na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República de 1988.

Para início dos trabalhos:

- Original da apólice de seguro que acobertem morte ou invalidez permanente de todos os operários, cuja lista deverá ser encaminhada mensalmente à seguradora. O valor será da cobertura mínima do seguro devido em grupo, conforme Convenção Coletiva de Trabalho do



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Sinduscon–SE, podendo o seguro ser definido de acordo com o número de trabalhadores constantes na GFIP do mês de competência do pagamento;

- Cópias da ART, devidamente quitada, quando necessária;
- Autorizada (s) pela SEFAZ a (s) subcontratações, o (s) subcontratado (s) deverá (ao) apresentar durante a prestação de serviço, todos os documentos elencados no contrato, no que couber. Durante o período da subcontratação, a subcontratada deverá manter vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

16.75.3. A substituição, pela CONTRATADA, de eventual subcontratado, já anteriormente aprovado e autorizado, dependerá de prévia e expressa anuência escrita da SEFAZ.

16.75.4. A CONTRATADA incluirá em qualquer contrato que vier a celebrar com o subcontratado dispositivo que permita a SEFAZ exercer amplo acompanhamento e fiscalização dos serviços, nos termos estabelecidos no Contrato.

16.75.5. Não haverá nenhum vínculo contratual, legal ou trabalhista entre a SEFAZ e o subcontratado ou empregados da CONTRATADA, inexistindo, por conseguinte, responsabilidade solidária ou subsidiária da SEFAZ quanto a nenhuma obrigação da CONTRATADA perante seus subcontratados e empregados.

16.75.6. Todas as obrigações fiscais, legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamação, demanda ou exigência administrativa ou judicial que vierem a ser efetivadas contra SEFAZ pelos subcontratados, ou relativamente a estes, pelos empregados da CONTRATADA ou por terceiros a ela relacionados, a qualquer título, envolvidos na execução do Contrato, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA e deverão ser integralmente por esta assumidas, a partir da data da assinatura do Contrato

16.76. Para execução dos serviços, caberá à contratada o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

16.77. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

16.78. Executar os reparos independentemente do número de horas necessárias para tanto, bem como ter equipes em números suficientes para atender as manutenções corretivas emergenciais quando houver a necessidade de agir em mais de uma unidade concomitantemente.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

16.79. Permitir o acompanhamento dos serviços por funcionários, técnicos e/ou engenheiros designados da SEFAZ/SUSINF.

16.80. Prestar os serviços através de equipe técnica especializada, respondendo a CONTRATADA pelos encargos trabalhistas devidos, não existindo, em hipótese alguma, vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

16.81. Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante a execução do contrato, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial.

16.82. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente a CONTRATANTE a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto do presente contrato, sem o que não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.

16.83. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.

16.84. Assumir o compromisso de responder perante a CONTRATANTE pelos danos diretos que vier a causar ao patrimônio da mesma ou a terceiros, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados por seus empregados durante a execução dos serviços, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais.

16.85. Reparar prontamente os danos e avarias causadas por seus empregados aos bens da CONTRATANTE ou de terceiros.

16.86. Solicitar à CONTRATANTE, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessárias e que possam vir a comprometer a execução do objeto contratual.

16.87. A Contratada deverá conceder livre acesso aos documentos administrativos, aos registros contábeis e informações bancárias da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe. (Nós termos do artigo 24 da Instrução Normativa nº 006, de 10/12/2008, Controladoria Geral do Estado de Sergipe).

16.88. A Contratada deverá empregar técnicas e tecnologias modernas, de comprovada eficácia, atentando-se para os aspectos de garantia de qualidade,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

possibilidade de ganhos de produtividade, de preservação do meio ambiente e de economia;

16.89. A Contratada deverá transportar seus funcionários, materiais e equipamentos em veículo próprio e adequado, para a realização dos serviços objeto do contrato.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

A "SEFAZ" obriga-se a:

17.1. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da Contratada, dando-lhes livre acesso às suas instalações onde serão executados os serviços (desde que devidamente identificados), promovendo o bom relacionamento e entendimento entre seus serviços e os da Contratada;

17.2. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados

17.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designado (s) para assistir ao (s) técnico (s) da CONTRATADA durante o respectivo período de permanência no local onde se realizará o serviço e documentar as ocorrências havidas.

17.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela SEFAZ, não deve ser interrompida.

17.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

17.6. Solicitar a imediata substituição de qualquer material, produto ou equipamento em mau estado de conservação, e cujo uso considere prejudicial à boa conservação de suas instalações ou à saúde e à segurança de pessoas;

17.7. Determinar a substituição de qualquer produto, peças, equipamentos ou utensílios que julgar inadequados, antieconômicos, prejudiciais à saúde ou ao meio- ambiente;

17.8. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do contrato.

17.9. Atestar a execução dos serviços nos documentos apresentados pela Contratada e encaminhá-los para pagamento.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

17.10. Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas.

17.11. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa contratada, até a completa regularização;

17.12. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para o funcionário designado pela SUBSINF e gestor do contrato, e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória à disciplina e aos interesses da SEFAZ.

18. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

18.1. O recebimento dos serviços do objeto contratual dar-se-á de acordo com o Art.140 Incisos I Letras "a" e "b" da Lei nº. 14.133 de 2021 e alterações posteriores.

19. PENALIDADES

19.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar por um prazo de 03 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.2. Pelo não cumprimento do prazo contratual, segundo as etapas constantes do cronograma físico-financeiro, a Secretaria de Estado da Fazenda, aplicará à futura contratada multa monetária observando os seguintes limites máximos:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado da respectiva etapa do trabalho;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela fiscalização da SEFAZ/SE.

Caberá, ainda, a aplicação desta multa nos seguintes casos:

- a) Não executar os serviços perfeitamente de acordo com o Projeto, especificações e normas técnicas vigentes na Secretaria de Estado da Fazenda;
- b) Dificultar os trabalhos de acompanhamento/fiscalização dos mesmos;
- c) Informar inexatamente ao gestor do Contrato da SEFAZ/SE, sobre os serviços executados.

19.2.1. Na aplicação das multas a que se refere o "caput" deste subitem, a Secretaria de Estado da Fazenda se limitará a aplicação de valores correspondentes ao máximo percentual de 30% do saldo do valor contratual.

19.2.1.2. Ocorrendo qualquer possibilidade de se exceder o limite percentual previsto no subitem 20.2.1. Anterior, essa situação consistirá em motivo para que a Secretaria de Estado da Fazenda rescinda unilateralmente este Contrato, independentemente da aplicação das outras penalidades previstas no item 20.1. Desta Cláusula.

19.3. A multa a que se refere os itens 20.1 e 20.2 não impede que a Secretaria de Estado da Fazenda, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas no item 20.1 desta Cláusula.

19.4. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia de execução do Contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada pela Secretaria de Estado da Fazenda, dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

19.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.1 desta Cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do mesmo subitem, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto está a deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta dentro do prazo estabelecido.

20. DA RESCISÃO

20.1. O contrato poderá ser rescindido pela Secretaria de Estado da Fazenda nos termos do art. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

20.1.1. O presente contrato poderá ser rescindido **nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, por:

I – acordo entre as partes;

II – razão de interesse público, de forma unilateral pela Administração, devidamente motivada e mediante notificação prévia da contratada;

III – inadimplemento total ou parcial de suas cláusulas, condições ou especificações, por qualquer das partes;

IV – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, que impeça a execução do contrato;

V – fato da Administração que impossibilite a continuidade da execução do contrato;

VI – conveniência da Administração, nos casos previstos em lei.

20.1.2. A **rescisão unilateral pela Administração** deverá ser **formalmente motivada**, assegurado o contraditório e a ampla defesa à contratada, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, exceto nas hipóteses de rescisão amigável ou judicial.

20.1.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão contratual, especialmente os estabelecidos pelo art. 139 da Lei 14.133/2021.

20.2. O Contrato poderá ser rescindido, também por conveniência administrativa, a Juízo do CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATADA qualquer ação ou interpelação judicial.

20.3. No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão à CONTRATADA, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O gerenciamento do Contrato será de competência de Gestor de Contrato da SEFAZ/SE, que dentre outras atribuições anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

21.1.1. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato da Secretaria de Estado da Fazenda solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

21.2. Durante a execução do Contrato a Secretaria de Estado da Fazenda/SE, deverá exigir da CONTRATADA seguro para garantia de pessoas e poderá exigir o seguro para garantia de bens para um bom e perfeito desenvolvimento dos trabalhos contratados, conforme o grau de criticidade da etapa de execução dos serviços objeto deste Contrato.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

21.3. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade induz à deste Contrato, não gerando obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 147 da Lei 14.133/2021.

21.3.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

21.3.2. A nulidade não exonera a Secretaria de Estado da Fazenda, do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que está houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Contrato em dia de expediente da Secretaria de Estado da Fazenda, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22. DA COMPOSIÇÃO DO PROJETO BÁSICO

23.1. Os Serviços a serem executados encontram-se definidos nas planilhas contidas nos ANEXOS abaixo relacionados, os quais serão partes integrantes e inseparáveis do Edital.

- ANEXO I - 1.1. ART
- ANEXO I - 1.2. Ficha Técnica
- ANEXO I - 1.3. Planilha de Venda
- ANEXO I - 1.4. Planilha de Custo
- ANEXO I - 1.5. Cronograma Físico Financeiro
- ANEXO I - 1.6. Especificações Técnicas
- ANEXO I - 1.7. Relação das Unidades com os respectivos endereços;
- ANEXO I - 1.8. BDI
- ANEXO I - 1.9. Encargos Sociais Mensalista/Horista
- ANEXO I - 1.10. Planilhas Auxiliares
- ANEXO I - 1.11. Projetos arquitetônicos – planta baixa

24. DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS:

24.1. A responsabilidade pela execução dos serviços é única, integral e exclusiva da Contratada e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes, devendo ainda assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços e pela sua qualidade;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

24.2. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições estabelecidas destas instruções e do Contrato, bem como tudo que estiver contido nos projetos, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

24.3. Habilitação Jurídica:

Indicação de um engenheiro civil responsável técnico adequado para a realização dos serviços com documentos que comprovem que faz parte do quadro técnico da empresa, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, que será o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços e que responderá perante a fiscalização por toda a execução do contrato, devidamente registrado no CREA.

24.4. Qualificação Econômica e Financeira:

Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício exigível em Lei, que comprovem a boa situação financeira do Licitante. Esta, conforme o caso apresentará cópias autenticadas da publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos, obrigatoriamente firmada pelo Contador e pelo Dirigente/Sócio, qualificados, vedada a substituição por Balancetes ou Balanço Provisório.

Certidão negativa de falência e concordata, expedida (s) pelo (s) distribuidor (es), cuja Certidão deverá estar vigente, no mínimo, até a data do recebimento dos documentos de habilitação e proposta comercial.

Declaração, em papel timbrado do Licitante, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo relacionados foram extraídos do balanço correspondente:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG, maior ou igual a 1,0:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

O balanço patrimonial e o capital integralizado solicitados poderão ser atualizados por índices oficiais, se for o caso, na forma prevista no Inciso I e § 2º do Art. 69 da Lei Federal nº.14.133/2021, respectivamente. Neste caso, o Licitante apresentará o demonstrativo dos cálculos correspondentes,



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

devidamente assinado, pelo dirigente/Sócio e pelo Contador para tais qualificados.

24.5. Relativos à Qualificação Técnica:

Comprovação de que possui no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução dos serviços de características semelhantes às do objeto a ser licitado.

Declarações ou Atestados de Capacidade Técnica, devidamente registrado(s), expedidas por órgão Público ou Empresa Privada, para as quais executou a contento serviços semelhantes, devidamente registrado na entidade profissional competente, que comprovem ter aptidão para desempenho de atividade pertinente com características e quantidades e compatíveis com o objeto da licitação, além da indicação do responsável técnico adequado para a realização dos serviços, com documentos que comprovem que faz parte do quadro técnico da empresa.

Comprovação de que possui no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível técnico em edificações, bombeiro hidráulico, eletricitista, pintor, carpinteiro, pedreiro devidamente reconhecido pela entidade competente.

Certidão atualizada de registro da empresa, expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, com indicação do objeto social compatível com o pretendido neste projeto básico, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 73 da Lei nº. 14.133/21.

24.6. VISTORIA:

Os licitantes deverão obrigatoriamente realizar vistoria prévia e minuciosa das dependências dos imóveis da SEFAZ, com objetivo de reforçarmos a clareza do objeto do licitado e garantirmos maior eficácia e isonomia na preparação das propostas dos licitantes;

A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA aos locais, para averiguação prévia do estado físico que se encontram os ambientes físicos do prédio sede da SEFAZ e nas demais unidades externas da SEFAZ oriundas deste evento, será conforme Anexo I – 1.8 – Declaração de Vistoria, devidamente vistoriado pela Subgerência Geral de Serviços de Infraestrutura da SEFAZ/SUBSINF ou a quem este designar por meio de documento oficial, na data da visita.

A empresa que participará da licitação deverá entregar as Declarações de Visita Técnica aos prédios da SEFAZ, juntamente com demais documentos solicitados no Edital, devendo o mesmo fazer parte do processo licitatório, como comprovação e ciência da situação física dos imóveis da SEFAZ, a fim



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBGERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

de evitar desconhecimento dos prováveis serviços corretivos emergenciais a serem realizados no início do Contrato.

A vistoria a ser realizada deverá agendada previamente com o subgerente da SUBSINF, ou a quem estiver designado por meio de documento oficial, na Rua José Carvalho Pinto, 280, 3º andar, Bairro Jardins, telefone (79) 3216-7288/7232, nos dias úteis, nos horários das 08:00h às 12:00h, até o 5º dia útil imediatamente anterior à data marcada para a abertura das propostas.

A SEFAZ, através da Subgerência Geral de Serviços de Infraestrutura - SUBSINF, expedirá uma Autorização de Acesso às unidades da SEFAZ, para que a empresa participante possa adentar às dependências dos imóveis da SEFAZ, para realizar a vistoria.

O representante da empresa licitante deverá ser Responsável Técnico e estar munido de identificação (como representante da empresa) e de documentação específica que o autorize a vistoriar as dependências, com a finalidade do objeto do certame.

Aracaju, 29 de setembro de 2025.

OTAVIO HENRIQUE
ALENCAR FACANHA
ANDRADE:05435543509

Assinado de forma digital por
OTAVIO HENRIQUE ALENCAR
FACANHA ANDRADE:05435543509
Dados: 2025.09.30 12:37:41 -03'00'

Otávio Henrique Alencar Façanha Andrade
Engenheiro Civil
Subgerente Geral de Serviços de Infraestrutura SEFAZ

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: LUF6-PRMH-ZE0J-UIZE



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/10/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

● OTAVIO HENRIQUE ALENCAR FACANHA ANDRADE 30/09/2025 12:37:41 (Certificado Digital)